

236



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000024-85.2006.8.17.1160 (0210061-0)

APELANTE: PAULO ISÍDIO DE BARROS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. ART. 155, § 4º, INCISO IV DO CPB. RECURSO DEFENSÓRIO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. EXISTÊNCIA DE PROVAS SATISFATÓRIAS PARA COMPROVAR A MATERIALIDADE E A AUTORIA DELITIVA. NÃO PROVIMENTO DO APELO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Da análise dos autos, vislumbra-se que a materialidade e a autoria delitiva restaram comprovadas no conjunto probatório, conforme se observa da prova testemunhal, e especialmente dos depoimentos de dois corréus.
2. Em que pese a negativa de autoria defendida pelo recorrente, as provas evidenciam a sua participação efetiva na conduta delitiva imputada, levando-se em consideração especialmente que os crimes patrimoniais ocorrem geralmente na clandestinidade e o depoimento das testemunhas se revestem de fundamental relevância para a elucidação dos fatos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000024-85.2006.8.17.1160 (0210061-0) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo interposto, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 02 de outubro de 2013.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000024-85.2006.8.17.1160 (0210061-0)

APELANTE: PAULO ISÍDIO DE BARROS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por Paulo Isídio de Barros Júnior, em face da decisão proferida pelo Juízo da Comarca de Primavera, que o condenou pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, à pena definitiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, e 10 (dez) dias-multa, sendo cada dia-multa no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato.

Consta da denúncia que no mês de junho de 2005, no período noturno, o acusado, ora apelante, Paulo Isídio de Barros Júnior, juntamente com Jonatas José dos Santos, em união de desígnios e ações, subtraíram da residência de Isaías de Lima Rego, situada na Vila da Barra, no município de Primavera, uma moto Honda Bros – 125, placa KJU 0399, pertencente à Usina União e Indústria.

Narra a peça acusatória que, logo em seguida ao furto, os acusados levaram a motocicleta até a oficina do denunciado Luiz Carlos dos Santos Pinheiro ("Fô"), que já aguardava a chegada dos demais para desmontarem o veículo, no intuito de venderem posteriormente as peças, que foram repassadas para os também denunciados Diógenes Luiz da Silva ("Top Dal") e Diego da Silva Alves.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



Encerrada a instrução processual, o Juízo *a quo*, na sentença (fls. 187/193), entendeu comprovada a materialidade e a autoria delitiva e julgou parcialmente procedente a denúncia, condenando o réu Paulo Isídio de Barros Júnior como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, inciso IV, CPB, e Diógenes Luiz da Silva, pelo crime do art. 180, § 1º, ambos do CPB, absolvendo Luiz Carlos dos Santos Pinheiro e Diego da Silva Alves, nos termos do art. 386, inciso VI, do CPP, e julgando extinta a punibilidade com relação ao acusado Jonatas José dos Santos, em virtude do seu falecimento.

Inconformado com a decisão, o apelante aduz, em suas razões recursais (fls. 196/199), que o conjunto probatório é insuficiente para embasar o édito condenatório, pois além de negar a autoria delitiva, alega não existirem testemunhas presenciais do delito, sendo a prova dos autos frágil e contraditória. Afirma, ainda, que "a prova pericial é indispensável nos crimes que deixam vestígio" e que não é pessoa envolvida em eventos delituosos, tendo residência fixa, sendo morador na cidade há mais de vinte anos, e possuindo trabalho lícito, devendo, portanto, prevalecer o princípio *in dubio pro reo*.

As contrarrazões (fls. 210/214), a representante do Ministério Público sustenta que a condenação é harmônica com as provas colhidas, que ratificaram a autoria e a materialidade delitiva e atenderam ao contraditório e à ampla defesa.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 224/225, opina pelo não provimento do apelo, a fim de que seja mantida integralmente a decisão recorrida.

É O RELATÓRIO.

A Douta Revisão.

Recife, 22 de janeiro de 2013.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000024-85.2006.8.17.1160 (0210061-0)

APELANTE: PAULO ISÍDIO DE BARROS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Conforme relatado, trata-se de apelação criminal interposta por Paulo Isídio de Barros Júnior, em face da decisão proferida pelo Juízo da Comarca de Primavera, que o condenou à pena definitiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal.

Em suas razões recursais, o apelante argumenta, em síntese, que o conjunto probatório é insuficiente para embasar o édito condenatório, pois além de negar a autoria delitiva, alega que os depoimentos testemunhais são frágeis e contraditórios.

Contudo, da análise dos autos, tem-se que além de comprovada a materialidade delitiva, restou devidamente provada a autoria do crime, conforme se depreende do auto de apresentação e apreensão e da prova testemunhal produzida na fase inquisitorial e em juízo.

Vale destacar que a autoridade policial foi acionada inicialmente por Antônio Carlos Coelho de Melo, que procurou a Delegacia de Polícia para informar que seu amigo Diógenes Luiz da Silva, conhecido como "Top Dal", havia deixado algumas peças de motocicleta em sua residência, sem a sua anuência, e sem que conhecesse a origem das referidas peças (fls. 16, 23 e 31/32).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Após a apreensão, Diógenes foi localizado e interrogado, momento em que confessou que foi procurado por "Júnior" (Paulo Isídio) e "Jonatas", que lhe ofereceram, a mando de "Fô" (Luiz Carlos), várias peças de motocicleta, das quais adquiriu um tanque, a carenagem, uma caixa de marcha e as tampas do motor da moto. Afirmou, ainda, que só tomou conhecimento de que as peças eram fruto do desmanche de uma moto furtada depois da realização do negócio, e por isso as deixou na casa do amigo (fls. 33/34)

Em juízo (fls. 78/79), o acusado confirmou as declarações prestadas à polícia afirmando que:

"(...) quando por volta das 17h, ali na praça encontrou-se com os acusados Paulo Isídio e Jônatas, os quais naquela oportunidade lhe ofereceram para que comprasse algumas peças de moto, tais como uma caixa de marcha, duas tampas laterais de motor, um tanque e as carenagens; que segundo o acusado, aquelas peças haviam sido retiradas de uma moto alienada e que segundo Júnior Oião, um seu primo tinha comprado a moto e como não poderia mais pagar o veículo, resolveu demonstrá-lo e vendê-lo para que a financeira não recuperasse o veículo; que após tais explicações o interrogando resolveu comprar as referidas peças, por R\$ 300,00 (trezentos reais), e como estava sem dinheiro naquele momento, comprou as peças fiado, sendo que com 15 dias pagou aos acusados a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 200,00 (duzentos reais) restantes pagaria em 30 dias; que das referidas peças utilizou em sua moto somente as tampas do motor, e o restante guardou na sua residência; que passados alguns dias da referida compra, o interrogando tomou conhecimento que o acusado Fô, Luiz Carlos, também havia comprado algumas peças de moto a Paulo Isídio e Jônatas, mas que Fô ficou sabendo que as peças teriam sido retiradas de uma moto roubada na cidade de Primavera e por essa razão desmanchou o negócio e as devolveu aos acusados Paulo Isídio e Jônatas; que passados 15 dias, Júnior procurou o interrogando para receber parte do dinheiro, quando então o interrogando perguntou a Júnior a origem das peças, ou seja se haviam sido retiradas de uma moto roubada, tendo Júnior negado; que passados alguns dias de haver adquirido as peças, o acusado Fô também lhe ofereceu um cabeçote de moto, porém o interrogando não quis comprar; que a essa altura o interrogando já desconfiava que as peças adquiridas haviam sido retiradas da moto furtada por Jonatas e Paulo Isídio, e também ficou sabendo que o acusado Fô havia encomendado a Júnior e Jônatas algumas peças de moto; que na realidade ficou sabendo que Fô encomendou o furto da moto a Paulo Isídio e Jônatas, mas como a moto furtada era dessa cidade, o acusado Fô decidiu não querer as peças que foram encomendadas a Júnior e Jônatas; que ficou sabendo também que efetivamente Júnior e Jônatas furtaram a moto de um empregado na Usina União e Indústria, isso à noite, e levaram a moto para oficina de Fô naquela mesma noite e ali procederam o desmanche; (...)."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Essa versão dos fatos foi também confirmada pelo réu Diego da Silva Alves, que ao ser interrogado (fls. 28/29 e 90/91) afirmou ter sido procurado por "Fô" para que indicasse a residência de "Top Dal", ficando posteriormente responsável pelo transporte de uma peça de moto (cabeçote) negociada entre eles. Em juízo, Diego acrescentou ainda:

"(...) que duas semanas depois recebeu um recado de Fô para que o interrogando comparecesse até a casa do mesmo, nesta cidade de Primavera, pois o mesmo queria lhe falar com urgência; que face o recado recebido foi até a casa de Fô, quando então o mesmo lhe falou para que pegasse a peça, que o interrogando havia trazido e fosse devolver a Top Dal, pois aquela peça era "de rolo", e que dissesse a Top Dal que a peça não dava na sua moto, e o dinheiro que havia pago, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Top Dal não precisava devolver; que assim sendo o interrogando pegou a peça; que tratava-se de um cabeçote do motor e voltou para Escada; que na casa de Top Dal, como o mesmo não se encontrava, foi recebido pela esposa do mesmo, e ao lhe devolver a peça a mesma não quis receber e foi logo dizendo eu já sabia que aquela peça era de uma moto que havia sido furtada, e que o furto teria sido praticado pelos denunciados Paulo Isídio de Barros Júnior e Jônatas José dos Santos; que como a mulher de Top Dal não quis receber a peça, o interrogando perguntou pelo mesmo, tendo ela dito que Top Dal estava corrido e de jeito nenhum receberia a tal peça; (...) que passados tais fatos, o comentário geral na praça desta cidade, ponto dos mototaxistas, era que o furto da moto da Usina União e Indústria foi praticado por Paulo Isídio e Jônatas José (...)."

Dessa forma, em que pese a negativa de autoria defendida pelo recorrente, o conjunto probatório evidencia a sua participação efetiva na empreitada criminosa que lhe foi imputada.

Ademais, sendo certo que nos crimes patrimoniais os fatos ocorrem geralmente na clandestinidade, o depoimento testemunhal se reveste de fundamental relevância para a elucidação dos fatos.

As provas demonstram, portanto, que a autoria do delito restou satisfatoriamente comprovada, não havendo elementos que fundamentem a tese defensiva de nulidade na fundamentação empregada na sentença, ou mesmo de insuficiência de provas para a condenação.

213



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Dessa forma, vislumbra-se que a materialidade e a autoria delitiva restaram devidamente comprovadas, pois o conjunto probatório é coerente e aponta o apelante como autor do crime em questão, devendo, portanto, ser mantida a sentença, uma vez que atendido satisfatoriamente o princípio do livre convencimento motivado.

Quanto à dosimetria imposta na sentença recorrida, não contestada no presente recurso, entendo que foram utilizados os fundamentos adequados para a sua fixação em todas as fases do sistema trifásico, não havendo circunstâncias legais ou judiciais que justifiquem a sua alteração.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao recurso** interposto pelo réu, mantendo-se a sentença condenatória em seus integrais termos.

É COMO VOTO.

Recife, 02 de outubro de 2012.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0210061-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: PAULO ISÍDIO DE BARROS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Em favor de Paulo Isídio de Barros Júnior foi interposto recurso de apelação em face da sentença condenatória de fls. 187/193 que impôs pena definitiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão em regime aberto e 10 (dez) dias-multa pela prática do ilícito tipificado no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal.

Nas razões do recurso às fls. 196/199, a defesa pleiteia a absolvição do apelante alegando, para tanto, a ausência de prova quanto ao envolvimento deste na empreitada criminosa.

Lado outro, o *parquet* pugna, nas contrarrazões às fls. 210/214 pela manutenção da sentença argumentando que a autoria delitiva restou comprovada através das provas produzidas nos autos.

A Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 224/225, opinando pela não procedência da apelação interposta e pela conseqüente manutenção da condenação do apelante.

Consta da denúncia de fls. 02/04, em síntese, que no mês de junho de 2005, no período da noite, o apelante (Júnior) e Jonas José dos Santos subtraíram da residência do Sr. Isaias de Lima Rego, na Vila da Barra, Primavera, uma moto Honda BROS - 125, placa KJU - 0399 PE, pertencente a Usina União e Indústria, que era utilizada para trabalho. Levaram, então, a respectiva moto até a oficina do denunciado Luiz Carlos dos Santos Pinheiro (Fô), que já se encontrava esperando pelos denunciados para desmontar a moto e entregar, posteriormente, suas peças aos outros denunciados Diógenes e Diego, para comercialização.

Da leitura dos autos, cuido que a pretensão do apelante não merece guarida.

Depreende-se que a materialidade e a autoria delitiva, apesar da negativa do apelante, restaram amplamente demonstradas através da prova oral recolhida.

Vejamos os seguintes depoimentos:

(...), encontrava-se na Praça da Vila Operária, na cidade de Escada, pois mora vizinho à referida praça e estava na praça no ponto de mototaxista, onde trabalha, quando por volta das 17h, ali na praça encontrou-se com os acusados Paulo Isídio e Jônatas, os quais naquela oportunidade lhe ofereceram para que comprasse algumas peças de moto, tais como uma caixa de marcha, duas tampas laterais de motor, um tanque e as calenagens; (...); Que passados alguns dias da referida compra, o interrogando tomou conhecimento que o acusado Fô, Luiz Carlos, também havia comprado algumas peças de moto a Paulo Isídio e Jônatas, mas que Fô ficou sabendo que as peças teriam sido retiradas de uma moto roubada na cidade de Primavera; (...); Que na realidade ficou sabendo que Fô encomendou o furto da moto a Paulo Isídio e a Jônatas, mas como a moto furtada era desta cidade, o acusado Fô decidiu não querer as peças que foram encomendadas a Júnior e Jônatas; Que ficou sabendo também que efetivamente Júnior e Jônatas furtaram a moto de um empregado da Usina União e Indústria, isso à noite, e levaram a moto para oficina de Fô naquela mesma noite e ali procederam o desmanche; (...) – Depoimento do corréu Diógenes Luiz da Silva, "Top Dal", fls. 78/79.

(...) que face o recado recebido foi até a casa de Fô, quando então o mesmo lhe falou para que pegasse a peça, que o interrogando havia trazido e fosse devolver a Top Dal, pois aquela peça era de "rolo", e que dissesse a Top Dal que a peça não dava na sua moto, e o dinheiro que havia pago, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Top Dal não precisava devolver; que assim sendo o interrogando pegou a peça; que tratava-se de um cabeçote do motor e voltou para Escada; que na casa de Top Dal, como o mesmo não se encontrava, foi recebido pela esposa do mesmo, e ao lhe devolver a peça a mesma não quis receber e foi logo dizendo eu já sabia que aquela peça era de uma moto que havia sido furtada, e que o furto teria sido praticado pelos denunciados Paulo Isídio de Barros Júnior e Jônatas José dos Santos; que como a mulher de Top Dal não quis receber a peça, o interrogando perguntou pelo mesmo, tendo ela dito que Top Dal estava corrido e de jeito nenhum receberia a tal peça; (...) que passados tais fatos, o comentário geral na praça desta cidade, ponto dos mototaxistas, era que o furto da moto da Usina União e Indústria foi praticado por Paulo Isídio e Jônatas José (...). – Depoimento do corréu Diego da Silva Alves, fls. 90/91.

Observa-se, pois, dos depoimentos supratranscritos que resta claro que o apelante ofereceu a corréu peças integrantes da moto objeto do furto, razão pela qual, comprovada a autoria delitiva, a almejada absolvição não encontra guarida nos autos. A condenação, pois, deve ser mantida.

No que concerne às penas aplicadas – que não foram objeto de inconformismo -, observo que a sentença condenatória não merece qualquer reforma. O Juízo sentenciante, atento às diretrizes estabelecidas nos arts. 59 e 68 do Código Penal realizou a dosimetria da pena e condenou o apelante a uma pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão em regime aberto e a 10 (dez) dias-multa à base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Observando o disposto no art. 44, III do Código Penal, o Magistrado de 1º grau deixou de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em razão de serem desfavoráveis ao apelante as

circunstâncias judiciais previstas naquele inciso, além do fato de ser a pena privativa de liberdade a mais adequada ao caso em comento.

Pelo exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento ao apelo defensivo**, para que se mantenha a sentença condenatória nos seus exatos termos.

É O VOTO.

Recife, 02 de outubro de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Revisor